

DA ECONOMIA NATURAL À ECONOMIA MERCANTIL

META

Explicitar o processo de transição da economia natural para a economia de mercado, objetivando denunciar o caráter histórico da atividade mercantil.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
identificar as relações constituintes de uma sociedade baseada na economia natural;
determinar os elementos que contribuíram para a desestruturação da economia natural.

PRÉ-REQUISITOS

Ter noção sobre aspectos da Pré-História (paleolítico, neolítico e idades dos metais).



Figura 1 - Homens tupi-guarani em atividades de pesca Desenho de Hans Staden.
(Fonte: MESGRAVIS, Laima. O Brasil que os europeus encontraram. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2002, p. 41).

INTRODUÇÃO

Vamos continuar nossos estudos, considerando o que foi visto na aula anterior denominada “A natureza da História Econômica”. A sociedade contemporânea mundial caracteriza-se pela mercantilização de todos os elementos e relações envolvidos no processo de produção, circulação e consumo. Fato que nem sempre foi assim, pois em épocas passadas a atividade econômica voltava-se para a produção de valores de uso e era realizada coletivamente, através de uma força produtiva bastante simplificada, sem grande poder de transformação da natureza. Não conhecia a propriedade privada dos meios de produção, fator que estabelecia uma relação social igualitária.

Com o passar do tempo, o ser humano, objetivando retirar da natureza os meios para sua sobrevivência, cria instrumentos, desenvolve técnicas e elabora tecnologias que foram aplicadas ao processo de produção, transformando as forças produtivas, ampliando a divisão social do trabalho, possibilitando o aparecimento do excedente e criando as condições para o rompimento da sociedade comunitária. Na aula de hoje, vamos refletir sobre a existência de sociedades produtoras de valores de uso e também sobre a superação dessas sociedades.



Figura 2 - A vida numa aldeia tupi-guarani. Desenho de Hans Staden (Sec. XVI)
(Fonte: MESGRAVIS, Laima. O Brasil que os europeus encontraram. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2002, p. 45).

ECONOMIA

Vivemos em uma realidade social dominada pelo modo de produção capitalista, que se materializa pela busca incessante da reprodução ampliada de capital e em que tudo, ou quase tudo, se transforma em mercadoria; do nosso trabalho aos objetos que usamos para atender às nossas necessidades de sobrevivência, como: alimentação, vestuário, moradia, educação, transporte e lazer. Mas você pode questionar: será que sempre foi assim? Se não foi, quando, como e por que chegou a ser assim? Vamos iniciar a nossa longa trajetória para responder aos questionamentos.

Historiadores e arqueólogos, com base nos materiais usados na fabricação de ferramentas e armas, dividem a história das sociedades humanas em dois períodos: a Pré-História e a História. A pré-história, correspondendo ao período anterior à invenção da escrita. Enquanto a História, correspondendo ao período que vai da invenção da escrita aos nossos dias.

A Pré-História, por sua vez, está dividida em duas fases:

Idade da Pedra, compreendendo dois períodos: Paleolítico ou da Pedra Lascada (durou de mais ou menos 600 mil antes de Cristo até cerca 12 mil anos a.C.); Neolítico ou da Pedra Polida (de mais ou menos 12 mil até 2000 a.C.); a outra fase é a Idade dos Metais.

A periodização utilizada para facilitar o entendimento sobre as transformações operadas pelas sociedades humanas, antes da escrita ou da civilização, pode sugerir uma leitura simplista, contribuindo para uma compreensão unilinear e mecânica da evolução das sociedades humanas, contribuindo para equívocos em relação à evolução de outras sociedades que não se enquadram no esquema, como as primeiras comunidades brasileiras. Portanto, é perigoso tentar generalizar a periodização proposta para a compreensão da evolução de determinadas comunidades.

O que devemos ter claro é que a espécie humana, para conquistar sua sobrevivência, precisou, através do trabalho, transformar a natureza em alimentos, moradia, vestuário e ferramentas, processo que se apresenta dinâmico e diferenciado.



Detalhe da exposição sobre material lítico. Em destaque, a produção de lascas por paleoindio



Part of the presented lithic material; in an outstanding view,

Figura 3 - Detalhes da exposição do Museu de Arqueologia de Xingó, sobre material lítico do paleolítico (Fonte: UFS. O Museu de Arqueologia de Xingó e suas exposições. Catálogo produzido pelo MAX, s/d, p. 9).



Figura 4 - Sítios de registros gráficos de Lagoa das Pedras (BA), Malhada Grande (BA) e Mundo Novo (SE). (Fonte: UFS. Sítios de registros gráficos. São Cristóvão: MAX, 2000).

Os estudos históricos sobre as primeiras formas criadas pelos humanos para conquistar a sua sobrevivência indicam que, em virtude da simplicidade das forças produtivas, o trabalho era realizado de forma coletiva, com a divisão social baseada no sexo e na idade, produzindo para a subsistência (valor de uso) da comunidade. Nossos ancestrais viviam fortemente sob domínio da natureza, que impunha uma vida nômade, e por isso eram coletores, caçadores e pescadores. Não produziam excedentes, não conheciam a propriedade privada e nem praticavam atividade comercial.

Articulada à economia natural, a estrutura social não se dividia em classes sociais, era sociedade igualitária. Politicamente, o Estado não havia sido criado, mas a condução política era praticada através do poder do líder, originário na sabedoria dos mais velhos, na coragem e na sabedoria de resolver os problemas que atingiam a comunidade. Praticavam atividades artísticas e religiosas.

A luta pela sobrevivência motivou a conquista da natureza pelos humanos, provocando a criação de técnicas que modernizam as forças produtivas. O controle do fogo possibilitou maior domínio sobre a natureza, afastando o animal humano dos outros animais, ao facilitar a alimentação, fabricação de instrumentos de trabalho, moradia e outras atividades, impulsionando transformações nas forças produtivas.

A importância do fogo para o desenvolvimento da humanidade é assim manifestada por Ruy Moreira:

O fogo é o dado seminal. O uso do fogo leva o homem a tornar-se um ubíquo na superfície terrestre. Com o fogo, ele aprende a controlar o meio (o fogo serve para o preparo dos alimentos e para o fabrico de

armas e utensílios) e a dominar os territórios (serve para o ataque e a defesa, para iluminar o acampamento e para renovar a vegetação através da queimada) [...]. Da combinação do fogo com a agricultura vem a instalação dos primeiros núcleos de povoamento. Os germinativos de que emergem as civilizações (MOREIRA, 2007, p. 42).

O domínio do fogo foi acompanhado por outras inovações que faziam avançar o domínio do ser humano sobre a natureza. A mais importante entre elas foi da agricultura, na medida em que permitiu ao seres humanos transitar da fase de coletores e nômades para a de produtores e sedentários, viabilizando o surgimento dos primeiros aglomerados humanos, origens das cidades antigas.



Figura 5 - A técnica indígena de fazer fogo e o antigo costume de fumar tabaco. Xilografia de André Thevet, 1575 (Fonte: TEIXEIRA, Francisco M. P. Brasil História e sociedade. São Paulo: Editora Ática, 2002, p. 74).

A agricultura ocasionou um forte impacto na economia das sociedades de economia natural no paleolítico, que os estudiosos dão o nome de Revolução Agrícola. O impacto da invenção da agricultura impôs uma reorientação na economia, pois exigia conhecimento de aspectos da natureza que proporcionassem a reprodução do vegetal. Era necessário conhecer o vegetal útil à alimentação (trigo, cevada, arroz e o milho), criar as condições para sua reprodução, dominar o processo de produção do vegetal – do cultivo à coleta. Ter conhecimento da terra propícia à atividade agrícola, do ciclo climático ou do movimento das fontes de água, ter instrumentos necessários ao preparo da terra (pá, enxada, arado etc.) e os cuidados técnicos para o armazenamento.

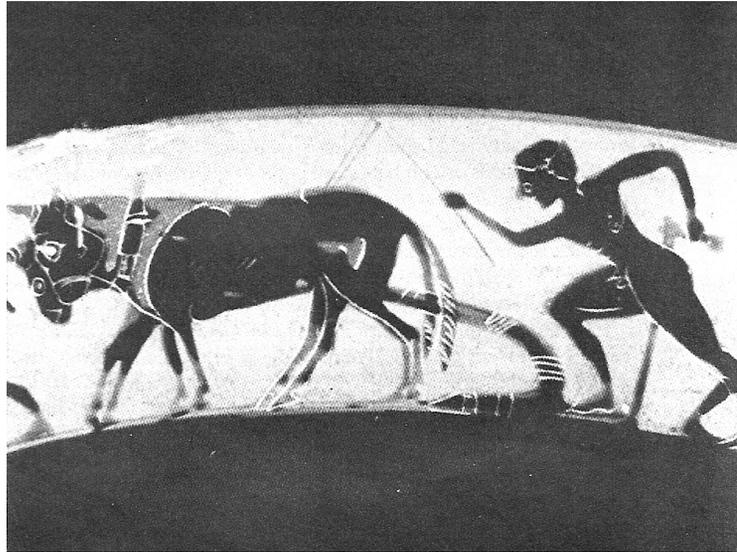


Figura 6 - O escravo era componente essencial, ainda que não exclusivo, da força de trabalho dos oikos. Mesmo o agricultor pobre possuía uma escrava ou um escravo. (Fonte: MAESTRI, Mário. O escravismo antigo. 10 ed., São Paulo: Atual, 1994, p. 25).

A Revolução Agrícola atravessou uma longa duração e foi acompanhada pela invenção de outras técnicas e criação de instrumentos que ajudaram a aumentar sua produtividade e conservar os produtos agrícolas. A invenção da enxada, do arado, o domínio sobre conhecimentos que possibilitavam o uso da irrigação, aproveitando o movimento das águas dos rios, o conhecimento da arquitetura e do uso da pedra e da argila.

Significativo também foi o avanço da pecuária, que contribuiu para o fornecimento mais regular de alimento, vestuário, além de força utilizada para movimentar o arado e os transportes.

Falando nisso, novas formas de transportes foram criadas através do domínio da técnica de utilização da força animal e da energia eólica (vento) substituindo, gradativamente, o uso “da limitada e frágil” força humana para o transporte, contribuindo para ampliar a comunicação entre as diversas comunidades, ao diminuir o tempo para vencer a distância entre os lugares.

Podemos ver que a revolução agrícola provocou uma profunda transformação das técnicas de produção, ou melhor, das forças produtivas, o que contribuiu para a ampliação do domínio humano sobre a natureza, verificado em algumas sociedades: o instrumento de pedra foi substituído pela utilização de metais, inicialmente o cobre, o chumbo (dois metais que forneciam a mistura química do bronze) e o ferro. O uso dos metais exigiria um trabalho especializado, fazendo com que surgissem as fundições. Enquanto isso, o avanço da técnica do uso da pedra e, em especial, o da argila (para a fabricação de tijolos) contribuiu para a Revolução Urbana, proporcionando melhores condições de moradia.

O desenvolvimento das forças produtivas impeliu algumas comunidades à superação da economia natural e à divisão social correspondente, permitindo a reprodução da subsistência mais regular, atendendo à necessidade da comunidade. Com isso, criou as condições para a produção de excedente e para que a divisão social do trabalho deixasse de se basear unicamente no sexo ou idade. Passou a existir a produção oriunda da especialidade do trabalho, ainda que fosse avançando lentamente.

Este avanço do domínio da natureza pelos humanos efetua-se relacionado à transformação da organização da sociedade humana nômade para se organizarem tribos e clãs sedentárias, possuidoras de grupo organizado de defesa para a proteção do território e controle da comunidade. Portanto, ainda que simples, uma organização política.

Karl Marx, analisando o aparecimento do processo de troca nas sociedades primitivas, sugeriu que, em virtude da dependência entre trabalhadores, que viviam em uma economia coletiva e auto-suficiente, ficou impossibilitada a realização de troca no seio da comunidade, e, portanto, o processo de:

troca de mercadorias começa nas fronteiras da comunidade primitiva, nos seus pontos de contato com outras comunidades, ou com membros de outras comunidades, por contágio, também se tornam mercadoria dentro dela. De início, sua relação quantitativa de troca é inteiramente casual. São permutáveis por mútua vontade de seus possuidores de aliená-los reciprocamente. Nesse ínterim, arraiga-se, progressivamente, a necessidade de objetos úteis vindos de fora. A repetição constante da troca torna-a um processo social regular (MARX, 1998, p. 112).

A partir desse estágio, a economia voltada para a produção de valor de uso avança em direção da produção direcionada à produção do valor de troca (mercadoria), fazendo surgir a atividade mercantil. Porém, é bom ressaltar que ainda não estava presente a idéia de acumulação e nem de transformar os componentes das forças produtivas em mercadorias, condição que será típica da prática mercantil capitalista.

Segundo Marx, a superação da economia natural, produtora de valor de uso, não segue um único caminho. Ela apresenta, quando não estagnada, quatro significantes processos diferenciados: o asiático; o antigo (que se divide em dois: escravismo grego e romano); e o germânico.

É claro que existem casos de superação da sociedade de economia natural, que não percorreram o caminho seguido em alguns países da Europa. Por exemplo, o caso brasileiro, em que o desenvolvimento da economia



Figura 7 - Ilustração representando comerciantes gregos (Fonte: <http://paginas.terra.com.br>).

natural foi abortado pela expansão comercial européia, via a colonização portuguesa.



ATIVIDADES

Caracterizar a economia natural.

Destacar a importância da revolução agrícola para a ultrapassagem da economia voltada unicamente para a produção de subsistência.

Explicar a seguinte informação: “A atividade mercantil é um produto social, logo, histórico.”

Sintetizar as características econômicas das sociedades indígenas brasileiras.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

O conceito “Economia Natural” serve para designar a organização econômica que produzia valores de uso, ou melhor, produzia visando atender à necessidade imediata de sobrevivência da comunidade. Esse estágio de organização foi superado com o avanço das forças produtivas, que, além de outros resultados, contribuiu para a Revolução Agrícola, possibilitando que comunidades deixassem de ser coletoras e nômades para serem produtoras e sedentárias. Condições para serem produtoras de excedentes e realizadoras de troca de produtos, induzindo a criação social da atividade mercantil.

CONCLUSÃO

Portanto, concluímos que o processo de dominação dos humanos sobre a natureza impeliu a incessantes transformações das forças produtivas, que articulavam as transformações nas outras atividades sociais, criando as condições para ultrapassar a fase da economia natural, produtora de valor de uso (subsistência e auto-suficiência), possibilitando o surgimento da produção de excedente, que se transformaria em objeto de troca. O processo de troca em uma sociedade de economia natural refere-se ao realizado nos limites das comunidades e atua como uma atividade coadjuvante numa relação produtora de subsistência. Assim, podemos observar que a economia natural produtora de valores de uso foi a primeira forma econômica de sobrevivência das sociedades humanas. A sua superação pela economia voltada para o valor de troca percorreu um longo tempo, processo que aconteceu desigualmente na forma e no tempo entre as diversas sociedades.

RESUMO

A atividade mercantil é fruto de um longo processo histórico. Ela teve seu início há milhares de anos com a desarticulação da organização econômica natural, que se caracterizava pelo trabalho coletivo, divisão social do trabalho baseada no sexo e idade; propriedade coletiva dos meios de produção; inexistência de classes sociais e era voltada para a produção de subsistência.

Impelidas pela necessidade de ampliar o domínio sobre a natureza, as forças produtivas permaneciam em constante desenvolvimento em algumas comunidades, que evoluíram de maneiras diferenciadas do estágio de coletoras, caçadoras e pescadoras para a de produtoras (agricultura e pecuária); de usuárias da pedra para usuárias de metais, da produção (única) de subsistência para a produção (parcial) excedente e realização da atividade de troca. Processo que se apresenta diferenciado entre as comunidades no tempo, espaço e formato.

Com o objetivo de facilitar o entendimento do assunto abordado será interessante ler um manual que trate de forma genérica sobre a pré-história. Para ilustração, indicamos a leitura do texto escrito por Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*; e o de Jack London, *Antes de Adão*.





AUTO-AVALIAÇÃO

O texto tem como preocupação iniciar a reflexão sobre a economia natural, sua desintegração, o aparecimento da produção, do excedente e da troca.

REFERÊNCIAS

- ENGELS, Freidrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MAESTRI, J. M. **O Escravismo Antigo**. 10 ed. São Paulo: Atual, 1994.
- MENDONÇA, Nadir D. **O uso dos conceitos: uma tentativa de interdisciplinaridade**. Bagé: FAT/FUNBA, 1983.
- MESCRAVIS, Laima; PINSKY, Carla B. **O Brasil que os portugueses encontraram**. São Paulo: Editora Contexto, 2002. Coleção repensando a História.
- MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- OLIVIERI, Antônio Carlos; VILLA, Marco Antônio. **Cronista do descobrimento**. São Paulo: Edotora Ática, 1999.
- TEIXEIRA, Francisco M. P. **Brasil, história e sociedade**. São Paulo: Ática, 2002.